

APRENDER “A SER MAIS HOMEM¹”: UMA VERDADE INVENTADA NO COMPLEXO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Maria Zélia Maia de Souza*

<http://orcid.org/0000-0002-9473-6582>

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo central analisar, na perspectiva da história das disciplinas escolares, o cotidiano de duas instituições de ensino: uma é ficção apresentada no romance *Doidinho* – Instituto Nossa Senhora do Carmo – e a outra é uma pesquisa histórica – Instituto Profissional João Alfredo. Estas instituições funcionaram durante a Primeira República em regime de internato e tinham como público-alvo meninos, incluindo aqueles na condição social de pobreza. Indico os principais problemas enfrentados pelos gestores das instituições em tela na lida diária com os alunos internos. Em seguida, apresento parte das ações pedagógicas das referidas instituições, considerando que tanto a literatura quanto a história das disciplinas escolares são férteis para tecer a narrativa das experiências vividas nos dois internatos e, dessa forma, contribuiu para a percepção dos elementos constitutivos das práticas escolares e do processo de aprendizagem que considera, além das disciplinas escolares, as vivências cotidianas para a formação daqueles meninos.

Palavras- chave: História das disciplinas escolares; Aprendizagem; Colégios internos.

LEARNING “TO BE MORE OF A MAN”: A TRUTH INVENTED IN THE COMPLEX LEARNING PROCESS

Abstract: The main objective of this work is to analyze, from the perspective of the history of school subjects, the daily life of two school institutions: one is fiction presented in the novel *Doidinho* – Instituto Nossa Senhora do Carmo – and the other is a historical research – Instituto Profissional João Alfredo. These institutions operated during the First Republic as a boarding school and had

¹ Expressão extraída do romance *Doidinho*, da autoria de José Lins do Rego.

* Doutora em Educação. Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

children as their target audience, including those in the social condition of poverty. I indicate the main problems faced by the managers of the institutions in question in the daily dealing with internal students. Then I present part of the pedagogical actions of these institutions considering that both the literature and the history of school subjects are fertile to weave the narrative of the experiences lived in the two boarding schools and, in this way, contributed to the perception of the constitutive elements of school practices and of the learning process that considers, in addition to school subjects, the daily experiences for the formation of those boys.

Keywords: History of School Subjects; Learning; Boarding schools.

Introdução

A literatura não reflete a vida escolar, ela reelabora e a interpreta – a literatura nos oferece uma verdade que importa mais que a “realidade” – uma verdade que muitas vezes escapa à pesquisa².

Usar a imaginação que a literatura proporciona significa: percorrer sentimentos, buscar cores, movimentos, olhares, perfumes; enfim, sons de outra época, de outro tempo. Por fim, expressar o vivido pelo *outro*.

Desejo que aflora a partir do entendimento de que o objeto de estudo é sempre “engendrado num quase sempre complexo processo histórico” (VEIGA-NETO, 2005, p. 72) e que por essa condição não é natural. Ao longo desse processo histórico percorremos uma seara onde passado e presente se entrecruzam por meio da emergência dos discursos em diferentes épocas. Outro presente, denominado Primeira República brasileira, em que mães, pais, padrinhos e/ou tutores desejaram “outros destinos” possíveis para seus filhos, afilhados e/ou

² Eliane Marta (2010). *A educação é um Romance*. Mimeo.

protegidos, sendo a entrada desses para instituições escolares que funcionaram em regime de internato parte daquele desejo.

Naquele momento, *formas escolares* foram pensadas e postas em execução. Refiro-me ao Instituto Profissional João Alfredo e ao Instituto Nossa Senhora do Carmo. A primeira delas – Instituto Profissional João Alfredo – foi uma instituição escolar/asilar localizada na cidade do Rio de Janeiro e que funcionou de 1894 a 1933³. No seu plano de estudos havia a previsão do ensino primário profissional composto pelo ensino de leitura, escrita, aritmética, instrução moral e religiosa e o ensino profissional. Nesta modalidade os meninos aprenderiam ofícios mecânicos de encanador, carpinteiro, marceneiro, torneiro e entalhador, funileiro, ferreiro, serralheiro, serrador correeiro e sapateiro.

O IPJA possuiu aspectos semelhantes a outra instituição escolar que também funcionou em regime de internato educando meninos em condição social diferenciada: ou seja, meninos considerados desvalidos. Trata-se do Instituto Nossa Senhora do Carmo – localizado na cidade de Itabaiana-PB – que educava meninos e teve como aluno ilustre José Lins do Rego. Portanto, são duas experiências de educação escolar, cada uma com sua singularidade, mas com regime de funcionamento que as aproximava: o internato.

³ Ao longo da história, a instituição escolar/asilar, aqui apresentada, recebeu várias denominações: Asilo de Meninos Desvalidos (1875/1894); Instituto Profissional (1894-1898); Instituto Profissional Masculino (1898-1910); Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933); Escola Secundária Técnica João Alfredo (1933/1934) e Escola Técnica Secundária João Alfredo (1934/1956). Optei pela denominação de Instituto Profissional João Alfredo para contemplar no estudo o período compreendido entre 1894 – momento em que o Asilo passou à denominar-se Instituto Profissional; e 1933 quando o ensino profissional, na instituição escolar/asilar, adquire o *status* de ensino secundário. Da mesma forma, a opção por adotar a abreviatura IPJA, quando fizer referência ao Instituto Profissional João Alfredo, de agora em diante.

Nesse ponto, cabe mencionar que a educação escolar de crianças identificadas como órfãs, pobres, desamparadas e/ou abandonadas, desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX brasileiro, esteve submetida a propostas assistencialistas de educação para e pelo trabalho. Nesse caso encontra-se o IPJA, que inclusive contou com uma rede de beneméritos⁴ (BRAGA, 1925), com vistas a garantir o seu “pleno” funcionamento.

Por seu Regulamento, a matrícula era facultada a meninos de 12 aos 15 anos de idade, órfãos, abandonados ou em “estado de pobreza”. Para garantir a vaga no IPJA, os pedidos de matrículas eram feitos aos respectivos diretores e/ou ao prefeito do antigo Distrito Federal. Quando o requerente era analfabeto seu pedido de matrícula era feito “a rogo de não saber ler nem escrever”. Os alunos eram submetidos ao regime disciplinar do internato do IPJA e a eles podiam ser aplicadas variadas penas, desde advertências até expulsão. O trabalho era compulsório e realizado nas oficinas do conjunto escolar/asilar.

Feita esta breve apresentação do IPJA, a intenção é examinar os pedidos de matrículas realizados por mães, pais, padrinhos e tutores, que eternizaram seus desejos de um “futuro melhor” para os meninos. Em seguida, como mencionado anteriormente, recortar da cena o cotidiano escolar/asilar dos meninos internos no IPJA (Rio de Janeiro/RJ) e no Instituto Nossa Senhora do Carmo (Itabaiana-PB).

⁴ Sobre os recursos materiais para a manutenção do conjunto asilar – casa/escola/oficina –, eles eram complementados pela renda das oficinas e pelas doações de “beneméritos”, como mencionei. No período imperial, mesmo antes da inauguração oficial do Asilo de Meninos Desvalidos – março de 1875 – o ministro João Alfredo, no ano de 1874, já relatava as doações que ocorriam para a recente instituição. Foram doações feitas por negociantes como João Francisco Rabello que “ofereceu roupa para 20 meninos, um uniforme de panno e outro de brim para cada um, e a Directoria da Companhia Brazil Industrial” que enviou para uso do Asilo um fardo de algodão da sua fábrica (SOUZA, 2008). Fonte: Relatório ministerial relativo ao ano de 1874, do Ministro João Alfredo Correia de Oliveira, p. 22. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1702/000029.html>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Vale realçar que a compreensão do objeto só é possível quando posto em relação com outros objetos, aspectos, fenômenos, que caracterizaram aquela mesma época (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 44). Nesse sentido, para tornar possível e pensável esta reflexão, tenho por **objetivo central** recortar da cena o cotidiano escolar/asilar dos meninos internos no Instituto Profissional Alfredo (IPJA), localizado na cidade do Rio de Janeiro-RJ, bem como dos internos do Instituto Nossa Senhora do Carmo (INSC), localizado na cidade de Itabaiana-PB.

Testo a hipótese de que em escolas que funcionaram sob o regime de internato o processo de aprendizagem não se limita ao acesso às disciplinas escolares. Dessa forma, para se compreender a complexidade desse processo de aprendizagem há que se considerar outros dois polos complementares: i) a barreira social em relação ao mundo externo; ii) a sequência de atividades que são impostas de cima, por meio de um sistema de regras proibitivas. Esse tripé combinado contribui para que o menino, na condição de interno, aprenda a ser “mais homem”.

Elegi um *corpus* documental composto por uma parte das 713 pastas dossiês dos alunos do IPJA⁵ e o *Doidinho* de José Lins do Rego.

Nesse caso, considero a experiência de internato narrada por José Lins do Rego e vivida por Carlos de Melo, que aos 12 anos de idade e órfão foi “levado pelo Tio Juca” para o Instituto Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana-PB, um aspecto significativo para compreender o mundo dos meninos internos do IPJA, os quais, assim como Carlos de Melo, aos 12 de idade foram matriculados no IPJA (1894-1933) e a

⁵ O acervo do arquivo *Asylo de Meninos Desvalidos* foi doado pelo Colégio Estadual João Alfredo, localizado no prédio onde fora instalado o Asylo de Meninos Desvalidos, ao Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade, da Faculdade de Educação da UFRJ (PROEDES/FE/UFRJ), no ano de 1990. O Arquivo é composto de pastas que formam os dossiês dos alunos matriculados no estabelecimento, de 1874 a 1956, e contém cerca de 35.000 documentos que só foram abertos para consulta pública em 1998 (MARQUES, 1996).

forma pela qual os “rituais” daquelas instituições contribuíram para outras formas de aprendizado dos internos; diante disso, questiono: como lidar com as tensões entre os internos e a equipe dirigente? Como lidar com outros internos? Quais as consequências da desobediência às regras?

Início pelo Instituto Profissional João Alfredo, inscrevendo-o como objeto de investigação histórica. Nesse sentido, significa entendê-lo de forma relacional: Casa, Escola, Oficina. Sua concepção pedagógica de educação *integral*, em seus aspectos físicos, intelectuais, morais e a quarta dimensão – a da prática – considerada a partir de um conjunto de funções exercidas pelo IJPA, isto é, a casa que abrigou, a escola que instruiu e a oficina que profissionalizou (SOUZA, 2008) e todo o conjunto educou (ESCOLANO, 2001, p. 75).

A *educação integral* voltava-se cada vez mais para que os educandos desempenhassem “bem” os ofícios constantes do Regulamento do IPJA (ofícios diversos). Portanto, acumular as forças de crianças e jovens para torná-las produtivas, rentáveis, uma vez que a preparação para o trabalho processava-se de modo combinado com as rotinas gerais da casa, da escola e das oficinas (SOUZA, 2013).

Dessa forma, os espaços deveriam ser ocupados de forma ordenada e disciplinadora expressando o seu sentido pedagógico e moralizador (FOUCAULT, 2004). Contudo, havia um lugar onde os saberes eram organizados em disciplinas específicas e os usos do espaço e do tempo obedeciam a uma lógica da *forma escolar*, disseminada no e pelo Ocidente ao longo dos séculos XVI ao XX (VICENT; LAHIRE; THIN, 2001), que era o espaço da Escola para o sexo masculino do IPJA, assim como a Escola frequentada por Carlos de Melo, personagem principal do romance de José Lins do Rego.

Presença do desejo de um outro futuro para os meninos

Pode deixar o menino sem cuidado. Aqui eles endireitam, saem feitos gente, dizia um velho alto e magro para o meu tio Juca, que me levava para o colégio de Itabaiana (REGO, 1977, p. 3).

A epígrafe acima fornece dados para imaginarmos a forma como se inicia a nova vida de aluno interno de Carlos de Melo, personagem do romance *Doidinho*. No caso do IPJA, o início da vida de interno dos meninos dava-se a partir dos pedidos de matrícula que eram feitos por diferentes sujeitos ao diretor do estabelecimento e/ou ao prefeito do antigo Distrito Federal, que os aceitava ou não, como já informado. Fragmentos da documentação dos alunos, lá matriculados, contribuem para compreendermos como os sujeitos acionaram uma rede de interdependência (ELIAS, 1994) para conseguirem a matrícula no IPJA. Pelo meio familiar, por exemplo, alguns daqueles pedidos de matrícula ilustram a demanda a que me referi, anteriormente. O primeiro exemplo é o de uma mãe que por

Não ter meios de educá-lo [o menor] como prova com o documento [atestado de pobreza] [...] além de ser sabido a miséria em que ficaram as viúvas daqueles que no Paraguai derramaram seu sangue em defesa da Pátria, vem solicitar que vos digneis admiti-lo no Instituto Profissional, com vistas a proporcionar-lhe um futuro melhor (Arquivo do Asylo, 1895, pasta 14).

Outro exemplo é o de 1908, feito por José Correia Pinto, avô de Osvaldo Correia Pinto de 13 anos de idade, natural do Estado de Minas Gerais, órfão de pai e mãe. Foi matriculado em 4 de abril de 1908. Nesse período foi aprendiz de empalhador e saiu “a pedido” em 30 de janeiro de 1911 (Arquivo do Asylo, pasta 063).

Além do grupo familiar, aparecem também outros sujeitos, como o de 1897 em que o

[...] ex-professor de musica do Asilo de Meninos Desvalidos, hoje Instituto Profissional, desejando dar educação e instrução profissional a seu filho Raul, de 12 anos de idade, como prova com a certidão junta, e não podendo fazê-lo por lhe faltarem os recursos, vem requerer-vos que, submetido o dito seu filho do exame de que trata o regulamento em vigor, lhe conceda a matricula nesse estabelecimento. (Arquivo do Asylo, 1897, pasta 42).

Também extrapola o grupo familiar o pedido de matrícula para Alberto Gomes de Oliveira, do Estado de São Paulo, feito por Leôncio de Carvalho, ex-ministro do Império. Alberto era também órfão de pai e mãe, pardo, com 13 anos de idade, sendo seu pai “soldado”. Teve a sua matrícula efetivada em 03 de julho de 1908. Na sua pasta não consta o atestado de pobreza, documento exigido, e este aluno foi desligado em 16 de março de 1912, 4 anos depois, porque não conseguiu provar que realmente não tinha recursos financeiros para se manter (Arquivo do Asylo, pasta 003).

É também a partir da escrita de *outros* que adquirem visibilidade os destinos possíveis dos meninos do IPJA. Paiva⁶ (1922), na gestão do

⁶ Ataulfo Nápoles de Paiva, advogado, magistrado e orador, nasceu em São João Marcos, RJ, em 1º de fevereiro de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 8 de maio de 1955. Eleito em 9 de dezembro de 1916 para a Cadeira n. 25, na sucessão de Artur Orlando, foi recebido em 23 de maio de 1918 pelo acadêmico Medeiros e Albuquerque. Ainda estudante do primário, em Barra Mansa, redigiu *A Aurora Barramansense*. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 1887. Foi juiz municipal em Pindamonhangaba, São Paulo. No Rio de Janeiro, ocupou os cargos de pretor, juiz do Tribunal Civil e Criminal e presidente da Corte de Apelação do então Distrito Federal. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal, presidiu o Conselho Nacional do Trabalho e representou o Brasil nos Congressos Internacionais de Assistência Pública e Privada de Paris e Milão. Fez campanha pela sistematização das assistências pública e privada e sua aliança, sob a inspeção do Estado, encarregado oficialmente de fazer a história e estatística da assistência no Distrito Federal. Fundou a Liga Brasileira contra a Tuberculose, da qual foi

prefeito Bento Ribeiro (1910-1914), fora incumbido de realizar um segundo levantamento estatístico geral de todos os estabelecimentos de assistência pública e privada existentes na capital. Esse levantamento buscava produzir um diagnóstico que orientasse o combate à crescente pobreza que avassalava o Rio de Janeiro. A encomenda, iniciada em 1903, só pôde ser concluída em 1922, quando foi publicada em edição comemorativa do centenário da independência do Brasil (SOUZA, 2013). Em cada uma das instituições por ele apresentada, Paiva se posicionava a respeito dos resultados obtidos com o estudo realizado por ele. No caso do IPJA, que nos interessa mais de perto, Paiva (1922) afirma que

[...] os **educandos** nesse Instituto [referindo-se ao Instituto Profissional João Alfredo] ao saírem com maior idade, tinham um ofício, eram homens válidos, elementos de ordem e de trabalho. Passaram das portas de um Asylo de Desvalidos para a sociedade [...] (PAIVA, 1922, p. 486, grifos meus).

Os meninos que viveram no IPJA não foram chamados por seus nomes nas fontes documentais consultadas. Em sua maioria, foram nomeados por seus respectivos números, ou simplesmente como educandos, como o caso da citação de Paiva.

presidente perpétuo, e que mais tarde foi denominada Fundação Ataulfo de Paiva. Criou o Preventório D. Amélia, em Paquetá, o primeiro do seu tipo no Brasil, e o serviço de Vacinação Antituberculosa BCG. Foi presidente do Conselho Nacional de Serviço Social, presidente da Comissão do Livro do Mérito e presidente da Academia Brasileira de Arte. Na Academia Brasileira de Letras, foi secretário-geral, de 1920 a 1922, e presidente em 1937. Era membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Fluminense de Letras. Obras: *O Brasil no Congresso Internacional de Direito; Comparado de Paris* (1900); *Justiça e assistência: os novos horizontes* (1916); *Discursos na Academia* (1944); *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro; os loucos criminosos e os criminosos loucos; Discurso no centenário do Barão de Loreto*. Disponível em: <http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/ataulfodepaiva.htm>. Acesso em: 7 jun. 2022.

No Instituto Nossa Senhora do Carmo, colégio de Itabaiana, o recurso da ausência do nome próprio também esteve presente, porquanto Lins (1977) afirma em seu romance que o Instituto ganhara fama: era uma espécie de último recurso para “meninos sem jeito” (REGO, 1977, p. 4). No entanto, ao longo do romance, os personagens tornam-se nossos conhecidos, como o “Seu Maciel”, o diretor do colégio de Itabaiana. Segundo Carlinhos, quando “seu Maciel” chamava-o pelo nome inteiro passava-lhe o sentimento de que “ficara um homem” (REGO, 1977, p. 7), mas sem realidade, pois se reconhecia mesmo como o Carlinhos, forma pela qual o chamavam em casa.

Voltemos ao IPJA. Em relatório do ano de 1924, portanto dois anos após a afirmativa de Paiva sobre a influência da educação proporcionada pelo IPJA aos meninos, eco de uma provável má administração é o que ressoa no relatório do diretor interino José Theodoro Braga⁷. Teria ele:

encontr[ado] um dos serviços que, embora posto em prática durante muitos annos, não satisfazia, a [seu] ver, as múltiplas exigências de várias obrigações as quaes, sem uma disposição intelligente e coordenada, redundariam em confusão e inutilidade. Estudei bem todos esses serviços e obrigações e conclui haver necessidade urgente de alterar o que havia para, pondo em ordem de concatenação, obter horas em que os educandos pudessem tranquilamente estudar as suas lições

⁷ José Theodoro Braga (1872-1953) – Professor e diretor interino do Instituto Profissional João Alfredo. Pintor, historiador da arte, ilustrador, decorador e professor. Formação: 1890/1893 - Recife PE - Cursa a Faculdade de Direito de Recife. Paralelamente, inicia seus estudos artísticos frequentando as aulas de paisagismo ministradas por Telles Júnior (1851-1914). Em 1895 no Rio de Janeiro-RJ – Cursa a Escola Nacional de Belas Artes – Enba, onde é aluno de Belmiro de Almeida (1858-1935), Zeferino da Costa (1840-1915) e Bérard (1846-1910). Nos anos de 1899/1905 – Paris (França) tem aulas com o pintor Jean Paul Laurens (1838-1921). No Pará – Professor honorário da Escola de Agronomia e Veterinária e em 1924-? – Rio de Janeiro RJ – Professor e diretor interino do Instituto Profissional João Alfredo. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br>. Acesso em: 5 mar. 2022.

sem os atropelos das aulas, oficinas e recreio. Das meticolosas observações feitas resolvi mudar esse horário, dividindo o dia em duas metades, sendo a primeira, matinal, destinada às aulas do curso de adaptação e a segunda, postmeridiana, às oficinas [...] (BRAGA, 1925, p. 166).

Excluindo os indícios de disputa de poder entre Braga e a gestão anterior, pergunto: como deveria ser o funcionamento e o tratamento dispensado aos meninos do IPJA na concepção daquele gestor? Segundo ele, para garantir que não permaneça a “confusão e a inutilidade” da gestão anterior, ele cuidou da administração do tempo no complexo escolar/asilar, como podemos conferir na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Distribuição do tempo escolar/asilar no IPJA – 1925. Fonte: Arquivo do Asylo. Códice: Ofícios recebidos - 14 de janeiro de 1924 a 31 de dezembro de 1926 - Instituto Profissional João Alfredo.

Das 5h as 5.50h	Despertar e banho
As 5.50h	Café
Das 6.10h as 7.50h	Ginástica
Das 7.50h as 8h	“Fórma”
Das 8h as 11h	Aulas
Das 11h as 11.30h	Almoço
Das 11.30 as 12h	Descanso
Das 12h as 16h	Oficinas
Das 16h as 17h	Banho
Das 17h as 17.40h	Jantar
Das 17.40h as 18.20h	Descanso
Das 18.20h as 20h	Estudos
Das 20h as 20.15h	Ceia
Das 20.15h as 21h	Dormitório
As 21 horas	Silêncio

Controle de horário também era uma questão que muito incomodava Carlinhos.

[...] Na cama começavam a chegar os meus pensamentos. Éramos seis no quarto pequeno de telha-vã. Ninguém podia trocar palavras. Falava-se aos cochichos, e para tudo lá vinha: é proibido. A liberdade silenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas. Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa [...] (REGO, 1977, p. 8).

Braga (1925) escreve sobre a sua pretensão de mudar a rotina dos meninos do IPJA a Antonio Carneiro Leão⁸, Diretor Geral de Instrução Pública, em 20 de junho de 1924, que prontamente o responde:

Snr. Director do Instituto Profissional “João Alfredo”
Respondendo ao vosso officio nº 128, de 6 do andante, autorizo-vos a adoptar o horário que organizastes para os trabalhos desse Instituto e o qual com este devolvo com o meu “Approvo”. Saudações. O Director Geral – Antonio Carneiro Leão (Fonte: Arquivo do Asylo. Códice:Ofícios recebidos - 14 de janeiro de 1924 a 31 de dezembro de 1926 - Instituto Profissional João Alfredo).

⁸ Era filho de Antônio Carlos Carneiro Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão. Formado em Direito pela Faculdade do Recife em 1911, tornou-se professor universitário nesta mesma entidade, lecionando até 1914. Mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital da República, onde ensinou e ocupou funções administrativas, tais como a direção geral de instrução (de 1922 a 1926), quando fundou diversas escolas. Voltando para o Recife, foi Secretário de Interior, Justiça e Educação, em 1929-1930, quando promoveu a reforma do ensino em Pernambuco, inovando “nos métodos pedagógicos e tornado a instrução pública daquele estado uma das mais modernas do país”. Idealizou e dirigiu o Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas, entidade vinculada à então denominada Universidade do Brasil. Exerceu ainda inúmeras outras funções no magistério superior no Brasil, como ainda atuou como professor-visitante em instituições dos Estados Unidos, França, Uruguai e Argentina. Escreveu para diversos jornais, sendo fundador de O Economista. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto da França e da Academia das Ciências de Lisboa. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Carneiro_Le%C3%A3o. Acesso em: 10 jun. 2022.

De posse da aprovação da Diretoria de Instrução faz, então, a distribuição dos horários das aulas por turmas (Cf. tabelas 1 e 2).

Tabela 2 – Horário das aulas no IPJA – 1925. Fonte: Braga (1925, p. 190).

<i>Curso de letras</i>	Turmas	Horário
1º ano	<i>Atrasada</i>	8h às 9horas
	<i>Adiantada</i>	9h às 10 horas
Modelagem	<i>Atrasada</i>	8h às 9 horas
	<i>Médias</i> Diariamente	9h às 10 horas
	<i>Atrasada</i>	10h às 11 horas
Ginástica	_____	6:10h às 7:50 horas
Oficinas	_____	12h às 16 horas

Em relação aos saberes da leitura, o nosso personagem vivia experiência semelhante aos meninos do IPJA – “muitos deles indolentes à aprendizagem das primeiras letras” (BRAGA, 1925) –, ou seja, *atrasados* naqueles saberes.

Quanto aos meninos do IPJA que trabalhavam nas suas oficinas, Braga também se queixava da distância entre estas e o prédio principal após a mudança do Asilo São Francisco de Assis⁹ para a chácara, em 1921. Segundo ele,

[...] afastadas as officinas do almoxarifado [...], torna-se penoso todo o trabalho de alumnos ou de encomendas, pelas necessidades dos mestres em pedirem e fazerem buscar o

⁹ Atualmente este asilo funciona sob a responsabilidade da municipalidade e sua transferência do centro da cidade para o espaço do Instituto Profissional João Alfredo se deu em 1921. Para se ter uma ideia do tamanho da chácara dos Macacos, espaço antes ocupado pelo Instituto, funcionam hoje o referido Asilo para idosos, a Escola Argentina e o Hospital Universitário Pedro Ernesto. Instituições que dividem espaço com o atual Colégio Estadual João Alfredo, antigo Instituto. Endereço: Av. 28 de Setembro, 109. Vila Izabel – Rio de Janeiro.

material necessario daquelle departamento [...] (BRAGA, 1925, p. 172).

Pela racionalização na distribuição do tempo, inclusive no horário das aulas, Braga deixou claro que o espaço vivido no IPJA seria um lugar construído por meio de disputas de poder e de planejamento das atividades pedagógicas que ele queria modificar. Dessa forma, deixaria espaço de tempo livre para os meninos apenas meia hora de descanso depois do almoço e outros quarenta minutos após o jantar. Enfim, um rosário de queixas onde prevalecem as questões voltadas para o bom andamento do trabalho no IPJA. Para garantir esse bom funcionamento Braga cuidou também de proibir o jogo de futebol. Segundo ele, prática esportiva “de tristíssima memória”, que prejudicou inclusive a Oficina de trabalhos de folha de metal. A referida oficina é descrita por Braga como de uma só porta, tem ao alto três mezaninos e com as “vidraças inteiramente quebradas pelo antigo jogo de futebol”.

Se tivessem voz, os meninos no IPJA compactuariam com Carlinhos a opinião sobre o Instituto? “[...] isto não é colégio: é pior que marinha” (REGO, 1977, p. 19), pensava Carlinhos. No IPJA não era apenas o futebol que incomodava a direção daquela instituição de ensino primário profissional, mas também “estrados, mesas, quadro negros, tudo entre paredes que pedem limpeza e uma pintura clara para alegrar um pouco desta angústia em que se vive” (BRAGA, 1925, p. 180). E não eram poucos os seus moradores: além do diretor e sua família, professores e *mestres* de ofícios. Acrescente-se na vida movimentada do IPJA 400 alunos, “menores sobretudo”, descritos por Braga como “irresponsáveis, inquietos e descuidados”. Carlos de Melo, no Instituto Nossa Senhora do Carmo de Itabaiana, convivia com 70 colegas, cujos corações pulavam de contentamento (REGO, 1977, p. 28) quando tinham oportunidade de ver “seu Maciel” (diretor do

colégio de Itabaiana), um “amansador impiedoso” (p. 76), ser de alguma forma enfrentado por algum pai descontente com ele.

Rotina de funcionamento do Instituto Profissional João Alfredo

Pago para cuidar dos meninos, um dos Inspetores-chefe dos alunos do IPJA descuidou-se deles a ponto de se ver envolvido em um caso¹⁰ de “actos offensivos à moral”, em abril de 1919:

Snr. Director da Directoria Geral de Instrucção Pública

Nos autos do processo administrativo mandado instaurar contra o inspetor-chefe de alumnos do Instituto Profissional João Alfredo, Braz de Souza, o Snr. Prefeito do Districto Federal exarou o seguinte despacho:

À 21 de agosto do anno passado, o Director do Instituto João Alfredo officiou ao Director Geral de instrucção Pública, dando conhecimento de que o Inspector-Chefe Braz de Souza levara o alumno de n. 84, a actos offensivos à moral. Fundamento a gravíssima accusação, allegou que, procurando syndicar do facto, de accordo com o Vice-Director, o alumno 84 confessou o delicto entre elle e o Inspector-Chefe, no que foram surprehendidos pelo alumno n. 52, assim como o alumno n. 78 já havia presenciado factos, que provaram haver entendimento entre o alumno 84 e o Inspector-Chefe, em actos praticados contra a moral (fls.4 e 5). Á fls. 6 o alumno 84 confirmou o facto articulado, negando, entretanto, que o delicto tivesse sido consumado [...] (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; códice n.º 35-2-6).

Como prova, uma última testemunha foi ouvida:

[...] na primeira parte do processo, outro inspetor, declara, a fls. 58, ter sabido pelo alumno n. 52, no dia 1 de agosto, do incidente relativo ao alumno encontrado sob a cama do cubículo em que se achava o inspetor Braz de Souza, facto que

¹⁰ A respeito desse processo administrativo, ver também o artigo de Silva (2009).

também lhe repetiu o aluno n. 78; este mesmo aluno 78, que dizia ter igualmente ouvido propostas indignas do mesmo inspetor, narrou a testemunha que, em Fevereiro, da janella do segundo dormitório, vira o inspetor Braz de Souza praticando, na rouparia, actos immoraes com o aluno de n. 84: diz a testemunha, que no Instituto se espalhou a noticia de ter sido encontrado, sob um colchão no cubículo do terceiro dormitório, após a permanência ahi do dito inspetor com o aluno citado, **“um pano servido, ainda molhado, confirmando as suspeitas do fim para que fora utilizado”**[grifos meus], facto que o próprio roupeiro lhe conferiu. Consta do mesmo depoimento que outro aluno, o de n. 159, havia também se queixado, depois de conhecido o incidente de julho, de que percebera intenções indignas do inspetor Braz de Souza, certa vez em convidara a ir ter com elle, sosinho, na sala de aula de música [...](Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; códice n.º 35-2-6).

As conclusões do julgamento foram eternizadas com as seguintes palavras:

[...] Considerando o mais que do processo consta, a gravidade dos factos e de votos dos vogaes, determino que:

- a) Seja exonerado o inspetor-chefe de alumnos do Instituto Profissional João Alfredo - Braz de Souza, incurso na segunda parte letra c do art. 14 do Dec. 766 de 4 de Setembro de 1900;
- b) Seja excluído do estabelecimento o aluno de n. 84, Raymundo Nonato França, se ainda não foi dada essa providencia, como cumpria;
- c) Seja suspenso por 8 dias o roupeiro Emygdio de Jesus, visto o que consta a fls. 94, 95;
- d) Sejam prestadas informações o allegado a fls. 85;
- e) Seja suspenso por 5 dias o Vice-Diretor Manoel Joaquim da Fonseca attento o que consta de seu depoimento a fls. 50-51.

Recomende-se á Directoria do Instituto mais vigilância no estabelecimento. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1920.
(Assignado) Sá Freire. (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; códice n.º 35-2-6).

Raymundo Nonato França, aluno número 84 e que sofreu “actos ofensivos à moral” – foi possível construir essa descrição a partir do cruzamento de fontes. Raymundo nasceu em 26 de abril de 1903. Veio de uma situação familiar cujo pai abandonou a família e passou, então, a morar com a avó, na cidade de Pitangui (MG). De alguma forma chegou à cidade do Rio de Janeiro sendo transferido da Casa de São José, instituição assistencialista, para o IPJA, onde permaneceu por três anos e saiu “a pedido” em 20/09/1919, como consta de seu dossiê (Arquivo do Asylo, pasta do ano de 1919). Os meninos que saíam com “maior idade” tinham um ofício, eram homens válidos, elementos de “ordem e de trabalho” (PAIVA, 1922).

O diretor/professor Maciel, do Instituto Nossa Senhora do Carmo, teria também que lidar com a questão que envolveu a sexualidade em seu estabelecimento onde viviam e estudavam 70 alunos. Carlinhos relata que “Pão-Duro” e Clóvis, seus colegas de internato, dormiam no mesmo quarto: “A rede de um junto da cama do cortinado do outro” (REGO, 1977, p. 92). Ninguém via coisa nenhuma, senão “Pão-Duro” estava desgraçado, imaginava-se somente (p. 93). No entanto, foram descobertos e “seu Maciel” queixava-se: “desmoralizaram-me o colégio” (p. 95). Mas não expulsou Clóvis e não relatou que o mesmo tivesse saído “a pedido”, apenas alertou que bastava separar um do outro e com a lição de “Pão-Duro” o “velho Maciel” “abria os olhos” para qualquer sinal de “chamego” entre os seus alunos. Afinal, afirmava Maciel, o seu “colégio era para estudos”, e para garantir tal condição ele se autoneameava um “amansador impiedoso de impulsos os mais naturais” (p. 76) dos meninos.

Quanto a Carlinhos, fugiu do Colégio e no momento de decidir se deveria enfrentar o seu avó ou voltar para ter a sua mão, de novo, submetida aos “bolos” e aos “gritos” de “seu Maciel”, a incerteza povoou os seus pensamentos: “Vou, não vou, como as cantigas dos sapos na lagoa” (p. 175). O medo da solidão tomou-lhe de assombro e

ali, no escuro, é que não podia ficar. Voltou para o povo do Santa Rosa. Voltou para o velho Zé Paulino.

Para finalizar esta reflexão, retomo a epígrafe deste trabalho: “a literatura não reflete a vida escolar [...] ela nos oferece uma verdade que importa mais que a ‘realidade’ – uma verdade que muitas vezes escapa à pesquisa”; escapa também nesta pesquisa, como disse na introdução, o desejo de examinar nas fontes históricas o jogo de contrários, ou seja, os momentos de decisão sem incerteza, de coragem sem medo, de felicidade sem tristeza, sentimentos que envolveram a vivência dos meninos no cotidiano escolar/asilar do Instituto Profissional João Alfredo e do Instituto Nossa Senhora do Carmo, e que só é possível de ser pensado no terreno das inferências.

Saberes e sentimentos que foram forjados em espaços escolares, localizados em diferentes lugares, cuja semelhança ou intercessão – regime de internato – entre as duas instituições permitiu viabilizar a tessitura do enredo aqui desenvolvido: como Braga, que entende a escola como um espaço neutro ou, por outras palavras, um espaço em que não cabe a diversidade, expressa por ele, ao adjetivar os meninos como *irresponsáveis*, *irrequietos* e *descuidados*. Por seu lado, “seu Maciel” tinha também como preocupação principal garantir a moralidade do Instituto que dirigia. Ambos deixaram transparecer a dificuldade da relação entre o adulto e a criança, especialmente quando a questão envolve a sexualidade dos meninos. Houve o entendimento de que tais impulsos deveriam ser reprimidos, pois traziam “perigos físicos, morais, coletivos e individuais” (FOUCAULT, 2004, p. 99), tanto para as instituições que frequentavam quanto para os próprios meninos que lá estudavam e residiam.

Sobre a rotina dos residentes no INSC, o fato é que Coruja, apelido de José João, o melhor amigo de Carlos, ambos os personagens do romance *Doidinho*, não poderia mais ser chamado de Coruja. Dizia Coruja para Carlos que estava diferente. Senhor Maciel, o diretor do

INSC, havia lhe dado um cargo: “estava a serviço da tirania” do diretor do internato. Nessa nova função, Carlos não poderia mais contar com aquela amizade.

Nessas palavras finais, esclareço que escolhi uma forma para tecer a narrativa das experiências vividas em dois internatos, uma é ficção (o Instituto Nossa Senhora do Carmo descrito no romance *Doidinho*) e a outra é uma pesquisa histórica (o Instituto Profissional João Alfredo). Deveria ter feito um estudo específico sobre disciplinas escolares no seu sentido *stricto sensu*? Esclareço que não foi esse o meu objetivo. Passo, então, a palavra para José Lins do Rego, visto que nos conta em seu romance que Carlos, após o período de férias, retornou ao INSC. E que “**Agora voltava mais homem**, olhando as coisas com superioridade. Ninguém se colocaria acima de mim. Via os colegas sem os ligar, num plano inferior, sabendo todos os segredos do colégio” (REGO, 1977, p. 131, grifos meus).

* * *

Referências

ARQUIVO. *Asylo de Meninos Desvalidos*. Pastas dossiês - 1894-1933.

BRAGA, José Theodoro de Medeiros. *Subsídios para a memória histórica do Instituto Profissional João Alfredo* – desde a sua fundação até o presente (1875 – 14 de março de 1925). Rio de Janeiro: Santa Cruz, 1925.

CÓDICE -35-2-6 - Título: *Copiador de Offícios* - remetidos às Procuradorias, Directorias, Autoridades, etc. De 20 de fevereiro de 1920 a 20 de maio de 1920” Número de páginas – 500.

ESCOLANO, Agustín. A arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. *Currículo*,

- espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-58.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: v. I: Uma História dos Costumes. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 20. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 14. ed. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARQUES, Jucinato de Siqueira. Projeto educacional Asilo de Meninos Desvalidos: Rio de Janeiro (1875-1894) – uma contribuição à história social da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1996.
- PAIVA, Ataúpho de. Prefeitura do Distrito Federal. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro: história e estatística*. Rio de Janeiro: Typografia do Anuario do Brasil, 1922.
- REGO, José Lins do. *Doidinho*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- SILVA, José Cláudio Sooma. “Acima de qualquer suspeita”: disciplina, subversão e processo administrativo no Instituto Profissional João Alfredo/RJ no final dos anos 1910. *Revista Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 4, n.7. – janeiro/julho 2009. p. 78-94. Disponível em: <http://www.educação.ufrj.br/contemporanea-numeros-n7.html>. Acesso em: 10 jul. 2010.
- SOUZA, Maria Zélia Maia de. *Educar, Trabalhar, civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894): caminhos possíveis*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Rio de Janeiro/RJ, 2008.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. *A assistência pela profissionalização: o Instituto Profissional João Alfredo (1894-1932)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2013.

VEIGA- NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, jun/2001, p. 7-47.

Recebido em 08 de setembro de 2022.
Aprovado em 03 de outubro de 2022.